



(Fonte: Foto por Lucas Gouvêa/ Unsplash.com)

Desde cedo a camada intelectual brasileira buscou esclarecer fatos da vida social, particularmente, os aspectos da sociedade em que vivia.

As ciências sociais em livro e o conhecimento do Brasil

Se não houvesse a circulação das pesquisas em ciências sociais em livro muito pouco saberíamos do Brasil de ontem e de hoje.

* Glucia Villas Bôas

Resumo

A produção das ciências sociais em livro constitui um marco na história do conhecimento sobre o Brasil. Sem a circulação em livro das pesquisas, realizadas pelos cientistas sociais, pouco saberíamos sobre o Brasil de ontem e de hoje. O arranque dessa empreitada, que ocorre de final dos anos de 1940 aos meados dos anos de 1960, resultou da implantação de disciplinas das ciências sociais nas faculdades de filosofia e da implementação da indústria do livro no País. Desde então, a produção do conhecimento científico e sistemático, na área das ciências sociais, se impôs e se mantém, por maiores que sejam as adversidades à sua permanência e continuidade na atual conjuntura política.

Palavras-chave: Ciências sociais; Pesquisa; Produção, Livros; Brasil.

Por ocasião da comemoração dos duzentos anos da Independência do Brasil, vale lembrar o empenho singular de estudiosos e pesquisadores na busca pelo conhecimento do País. Ao longo daquele tempo foi se formando um acervo de valor inestimável, cuja importância merece ser devidamente publicizada, não somente no âmbito das diversas áreas que integram a universidade brasileira, como também nas escolas das diversas regiões do País. A divulgação de tal acervo deveria se fazer acompanhar de informações sobre o seu acesso, seja em bibliotecas, seja em plataformas na Internet para que possa ser consultado com facilidade por professores, alunos, jornalistas, diplomatas, artistas e outros que queiram fundamentar suas atividades. Se, por um lado, cresce a produção do conhecimento, de outro, sua invisibilidade é ainda um desafio para os que se ocupam da transmissão e recepção do saber.

No Brasil, muito cedo a camada intelectual buscou esclarecer fatos da vida social, chamando-lhe a atenção, particularmente, os aspectos da sociedade em que vivia. A partir de meados do século XIX, começaram a ser publicadas narrativas sobre a história do país que privilegiavam, de modo geral, as ações e os eventos políticos considerados relevantes para a construção da nação; vieram a público também estudos sobre as peculiaridades étnicas e culturais da população brasileira. Foi-se reunindo uma vasta documentação, a exemplo, entre outros, dos artigos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, que testemunha o

modo pelo qual se concebia a reflexão e a pesquisa daqueles problemas.

A década de 1930 veio marcar decisivamente a evolução dos estudos sobre os fatos sociais, uma vez que nela se iniciou a formação do cientista social no país. Dentro do quadro de reformas políticas e educacionais daqueles anos, foram criadas, na cidade de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934. No Rio de Janeiro, disciplinas das ciências sociais começaram a ser ministradas na Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Interrompidas por motivos políticos as atividades da UDF, em 1939, a formação de cientistas sociais foi retomada no mesmo ano na Faculdade de Nacional Filosofia da antiga Universidade do Brasil (Figura 1).

Os anos de 1945 a 1966 delimitaram um importante período da vida nacional, marcado por profundas mudanças

econômicas, sociais e políticas. Nos setores culturais e intelectuais, a expansão dos meios de difusão da cultura, de um lado, e os movimentos a favor da renovação da produção cultural, de outro, se associaram ao crescimento das universidades, às lutas estudantis, às iniciativas da comunidade acadêmico-científica para consolidar suas instituições. Configurou-se naquele período um clima de debates e polêmicas efervescentes, que se voltavam duplamente para a questão do desenvolvimento do país e também do compromisso social e político da produção cultural. No campo das ciências sociais, começaram a surgir os primeiros resultados das atividades das instituições de pesquisa e formação de cientistas sociais publicados em livro, como veremos adiante.

Nas décadas subsequentes, a área apresentou um enorme dinamismo, resistindo à repressão da ditadura militar e envolvendo-se na criação dos programas de pós-graduação.



Figura 1. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), criada 1934, foi tombada por sua importância cultural.

Daí em diante, a produção das Ciências Sociais cresceu e se diversificou. As adversidades surgidas recentemente com a pandemia da COVID-19 e com a política governamental de enfraquecimento das universidades e diminuição dos recursos para o financiamento da pesquisa, só confirmaram o compromisso dos cientistas sociais com a produção científica, servindo para redobrar a vigilância e a defesa das instituições das ciências sociais.

Nas últimas décadas, o interesse em conhecer as atividades e características da camada intelectual do país tem levado a um expressivo desenvolvimento das pesquisas nas áreas do pensamento social brasileiro e da história das ideias. As primeiras avaliações sociológicas da produção do conhecimento voltado para os fatos sociais datam de finais da década de 1940. Contudo, somente tomam vulto nos anos 1970, quando são publicados com maior frequência textos focalizando especificamente as ciências sociais, ou o pensamento social no Brasil.

De modo geral, esses trabalhos têm realçado duas perspectivas de análise no exame da produção intelectual brasileira: ora se questionam as características dos estudos de autores brasileiros à luz do padrão da produção científica de países econômica, política e culturalmente mais desenvolvidos, qualificando, portanto, a posição do Brasil no sistema mundial de dominação; ora o foco de análise converge para as instituições voltadas para as ciências sociais, como também para grupos de cientistas com finalidade de averiguar o grau de autonomia do campo da

produção científica frente ao campo dos ideais e das ações políticas. Mais recentemente, diversas pesquisas têm abordado as relações entre a vida e a obra de cientistas sociais. Embora a publicação da produção científica em livro seja um dos aspectos mais relevantes da divulgação do conhecimento, raros são os trabalhos que abordam as ciências sociais dessa perspectiva, a exemplo das pesquisas de Sorá (2010) e Nóbrega da Silva (2019) [1,2].

Nesse artigo, entretanto, pergunta-se de que maneira a experiência social e histórica marcante dos anos de 1945 a 1966 se teria deixado traduzir na elaboração e divulgação do conhecimento no campo das ciências sociais. A escolha desse período, justifica-se pela emergência de um conjunto de estudos no campo das ciências sociais, resultante da institucionalização do ensino e da pesquisa voltados para aquela área do conhecimento, nas décadas de 1930 e 1940; e pela implementação efetiva da indústria do livro no país, que possibilitou em larga escala a divulgação das ideias através daquele meio. Certamente somam-se a esses fatores as condições propícias à elaboração do conhecimento das ciências sociais que teriam sido oferecidas tanto pelo regime democrático de governo, como pelas transformações econômicas e sociais que nele ocorreram. Se a sociedade brasileira cedo começou a se interessar pelo conhecimento do país, aquele conjunto de livros das Ciências Sociais, constituiu um marco na produção de conhecimento sobre o Brasil, pelo seu caráter acadêmico-científico.

O perfil do conjunto de livros

Ao tomar em consideração um conjunto de 870 livros [ii] do acervo da Biblioteca Nacional, situada no Rio de Janeiro, percebe-se de imediato que a autoria das obras é nitidamente masculina e nacional. Daquele montante, apenas 3,8% são mulheres e 4% estrangeiros (entre homens e mulheres) [3]. A classificação das obras do acervo da Biblioteca Nacional mostrou que para o conhecimento mais aprofundado das publicações era preciso alargar o leque das disciplinas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, que habitualmente conformam as Ciências Sociais no Brasil, para outras disciplinas que também tem como objeto o estudo das várias formas de sociabilidade, da ação e interação entre indivíduos, suas causas e consequências.

“As adversidades surgidas recentemente com a pandemia da COVID-19 e com a política governamental de enfraquecimento das universidades e diminuição dos recursos para o financiamento da pesquisa, só confirmaram o compromisso dos cientistas sociais com a produção científica.”

Dessa forma, o conjunto dos livros se dividiu em História do Brasil (303 obras), Economia Política (158 obras), Antropologia (141 obras), Sociologia (121 obras), Ciência Política (83 obras), Geografia Humana (43 obras) e Demografia (23 obras). O interesse pelo cultivo das diferentes disciplinas das Ciências Sociais foi desigual e variável ao longo dos anos em foco.

Duas outras características da produção das ciências sociais dizem respeito a sua publicação e divulgação. A cidade do Rio de Janeiro sobressai no conjunto como o grande centro de publicação e divulgação do tema, sendo ali publicadas 58% das obras. O fato de ter sido a capital do país até 1960 concorre para que a produção de editoras comerciais e de órgãos do governo federal concentrem na cidade o maior número de publicações. São Paulo vem logo em seguida com 24,5% do total de livros. A comparação entre a produção editorial desses dois centros urbanos (82,5%) e aquela das outras cidades brasileiras indicadas na amostra (17,5%) demonstra que a publicação das ciências sociais em livro se concentra no Sudeste do país.

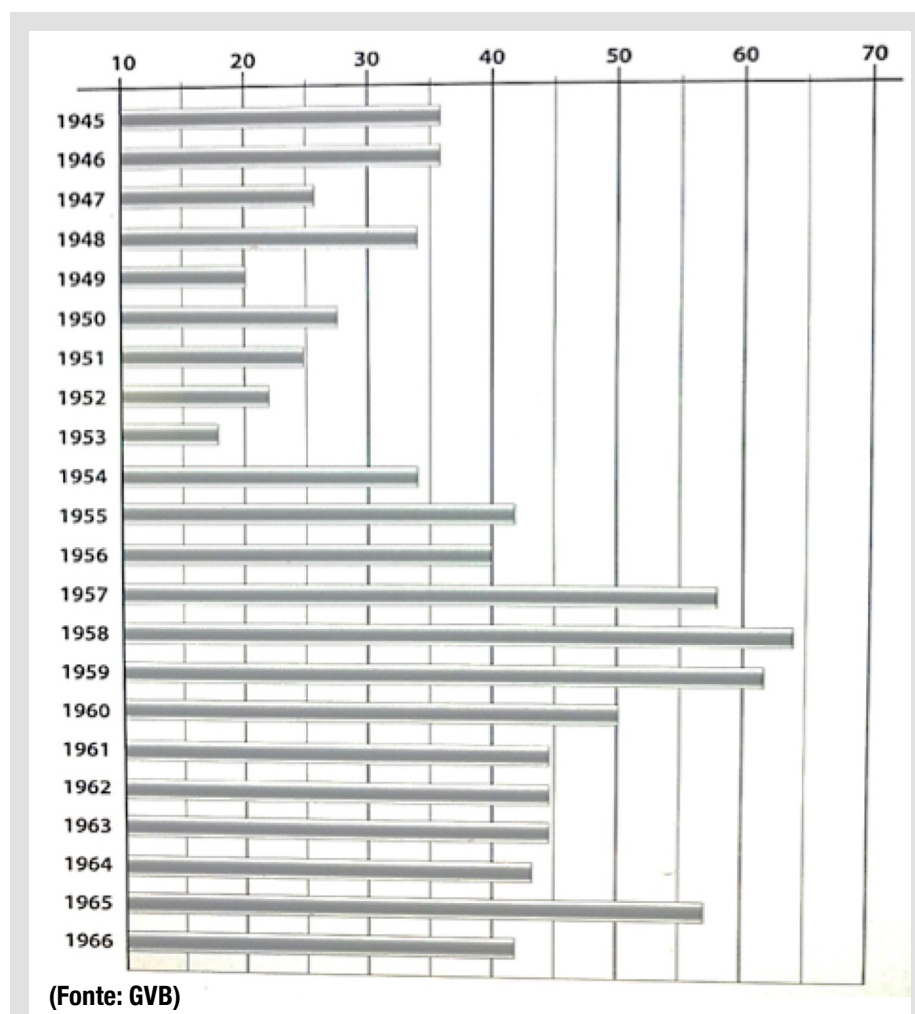
A publicação de obras com fins lucrativos constitui a maioria de 63%, pressupondo a existência de um mercado satisfatório. O Estado, por meio de órgão do governo federal, estadual ou municipal, as universidades e as associações civis são responsáveis por 34% das publicações sem fins lucrativos. Da amostra, 1,5% são coedições e 1,5% publicações sem indicação de editora.

O crescimento da produção em ciências sociais

O conjunto de livros em ciências sociais que consta do acervo da Biblioteca Nacional revela um crescimento notável do número dessas publicações, podendo-se afirmar com base nos dados analisados que as disciplinas se expandiram ao longo dos anos de 1945 a 1966, como mostra o Quadro 1.

Já as cifras apresentadas no Quadro 2 revelam que o número de estudos em ciências sociais, publicados em livro, amplia-se no período de 1945 a 1966, porém de modo irregular.

De 1945 a 1955, a quantidade de publicações diminui em sua metade (36 livros em 1945 para 18 em 1953), mas em 1954 começa a se elevar, duplicando e triplicando o número de obras sobre, a partir daquela data e comparativamente com os anos anteriores, para então atingir seus maiores índices em 1958 (64 obras) e 1959 (62 obras), de acordo com o conjunto estudado. Apesar da irregularidade observada no crescimento anual de publicações, no período verificado, é evidente o aumento do conjunto de livros que veio a público a partir da segunda metade da década de 1950.



Quadro 1. Livros publicados em Ciências Sociais (1945-1966) – Produção Anual.

Disciplinas	1945-1955	1956-1966	
História do Brasil	123	180	T = 303
Economia política	46	112	T = 158
Antropologia	70	71	T = 141
Sociologia	34	87	T = 121
Ciência política	20	63	T = 83
Geografia humana	18	25	T = 43
Demografia	10	13	T = 23

(Fonte: GVB)

Quadro 2. Obras publicadas por disciplina nos anos 1945-1955 e 1956-1966.

Os dados são sugestivos e mostram que a expansão dos estudos em ciências sociais ocorre justamente quando as mudanças econômicas tomam vulto e os debates e iniciativas dos meios culturais e científicos atingem grande efervescência.

Ao longo do período em foco, a quantidade de obras publicadas aumentou em todas as disciplinas, exceção feita à antropologia, cujo número de livros se mantém praticamente igual nas duas fases analisadas. Ao mesmo tempo, os dados evidenciam uma acentuada desigualdade no "ritmo" de crescimento das publicações em cada um dos campos do saber. Enquanto as publicações na área da ciência política crescem 238,88% e as da sociologia 155,88%, no campo da história do Brasil seu aumento é de 46,34%, e na antropologia a diferença no número de livros entre um e outro período é de apenas uma obra. Tal desigualdade é muito significativa, uma vez que sugere uma variação profunda ao longo daqueles anos, tanto da procura pelo estudo de certas disciplinas por parte de grupos

de pesquisadores, quanto da demanda por conhecimentos específicos proveniente de um público letrado. O crescente interesse por determinadas áreas do saber, em detrimento de outras, demonstra que a experiência das mudanças ocorridas na sociedade brasileira naquele período, trazendo à tona novos problemas para a camada intelectual, concorreram para o desenvolvimento desigual das disciplinas das ciências sociais.

Comparando a contribuição das diversas disciplinas ao longo das duas fases mostradas pelo Quadro 2, observa-se que a liderança da história do Brasil é posta em xeque naqueles anos, ainda que os historiadores mantenham sua posição de destaque. O mesmo não ocorre com a antropologia, que tem consideravelmente diminuída a oferta de seus estudos no conjunto dos livros, caindo sua contribuição a partir de meados de 1950. Sem dúvida, a julgar pela amostra analisada, são a economia política, a sociologia e a ciência política que, aumentando muito a quantidade de seus livros, têm modificadas suas

posições, de modo significativo, no conjunto dos textos. Nos casos da geografia humana e da demografia, o crescimento do número de obras de um período para outro não foi suficiente para que alcançassem melhor posição.

O aumento da produção em cada uma das disciplinas, assim como a posição que ocupam no conjunto das publicações nas duas fases apresentadas, mostra que as mudanças ocorridas levaram na realidade a uma oferta mais equilibrada, sempre sob a liderança da história do Brasil, dos conhecimentos de economia política, da antropologia e da sociologia, campos preferenciais das ciências sociais ao longo de todo aquele período. A ciência política passou a figurar numa melhor posição no conjunto devido ao grande estímulo pelo seu estudo, e os campos da geografia humana e da demografia distinguiram ainda mais seu lugar pouco privilegiado entre as obras sobre o tema.

Contudo, os dados sobre o interesse desigual e variável pelas disciplinas das ciências sociais evidenciam também que, ao longo dos anos de 1945 a 1966, ocorreram mudanças quanto ao valor atribuído às diferentes áreas daquele conhecimento, tanto pelos especialistas, quanto pelo público leitor. A preferência crescente pela economia política, pela sociologia e pela ciência política sem dúvida contrastou com o interesse pelo estudo das demais disciplinas que se manteve igual ou, comparativamente, cresceu de modo irrelevante durante aquele período.

Poder-se-ia dizer que o contexto histórico em foco – favorecendo a consciência dos fatos e das relações sociais e econômicas, bem como de suas implicações políticas – motivou sobremaneira o crescimento daquelas três disciplinas cujos instrumentos teórico-conceituais e pesquisas eram mais apropriados para a elucidação dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico e social do país.

As mudanças temáticas e a atualidade

A primeira característica que salta aos olhos, no conjunto dos livros, é o interesse dos cientistas sociais pelos problemas nacionais em detrimento de questões mais gerais e abstratas. A segunda, é o deslocamento dos estudos sobre a esfera política, cultivada pela História do Brasil, com grande número de obras sobre os eventos políticos para a dimensão social e econômica da sociedade brasileira. Na Economia Política, uma das áreas que mais cresceu depois dos meados dos anos de 1950, os temas privilegiados foram o *desenvolvimento* e a *política econômica*. Na Sociologia, as *mudanças sociais* e as *desigualdades sociais* foram assuntos que se impuseram entre os pesquisadores, chamando a atenção a emergência da categoria *trabalho* em numerosos estudos que buscavam conhecer as classes e as camadas sociais no campo e na cidade. A diferenciação dos agrupamentos de indivíduos a partir de sua inserção no processo produtivo não havia sido privilegiada pelos pesquisadores. A Ciência Política contribui para a análise

das instituições políticas, a democracia e o processo de escolha dos governantes. Nota-se que, na segunda metade dos anos de 1950, a História e a Antropologia inauguram uma nova abordagem, sendo publicados livros sobre a história e formação econômica do país, bem como livros que abordavam questões étnicas e raciais do ponto de vistas das relações e interações sociais.

Porém, se tomarmos o conjunto dos livros, vemos que, apesar das mudanças acima apresentadas, as obras dos historiadores e dos antropólogos se mantiveram, principalmente, voltadas para a construção da unidade política do país, assim como para a investigação de suas complexas características

étnico-culturais. Fica claro que a ocorrência de mudanças sociais, políticas e econômicas não impede a permanência de obras cuja temática principal, a exemplo da história política, vinha sendo examinada regularmente em períodos anteriores. O que significa ter havido continuidades e rupturas na produção das ciências sociais naquele período, havendo não só o surgimento de novos temas e a manutenção de outros, mas uma diversificação temática e um aprimoramento teórico-metodológico que revelou a esfera das ações e relações sociais entre os mais diversos indivíduos e grupos, que a cada dia movimentava a vida social em todos os seus aspectos materiais e simbólicos (Figura 2).



Figura 2. Capa do livro “A Vocação das Ciências Sociais no Brasil”, de Glaucia Villas Bôas.

“A produção dos cientistas sociais em livro, que faz circular as ideias e anima o debate público, vem demonstrando, desde meados do século passado, uma vitalidade especial para retomar e criticar hipóteses e métodos que se tornaram inadequados, e precisam ser reelaborados ou mesmo deixados de lado em favor de instrumentos conceituais e teóricos atualizados e novas técnicas de pesquisa.”

É difícil medir o impacto do conjunto de livros, aqui focalizados, na época de sua publicação e depois dela. De todo modo, percebe-se, sem grande dificuldade, que a partir daquela arrancada inicial, a produção do conhecimento científico e sistemático, na área das ciências sociais, se impôs e se mantém, por maiores que sejam as adversidades à sua permanência e continuidade na atual conjuntura política. A implantação e consolidação das disciplinas no quadro da universidade, possibilitaram a

criação dos programas de pós-graduação, a especialização e o crescimento dos projetos de pesquisa, bem como das agências de fomento e o intercâmbio internacional de pesquisadores. Outro efeito da produção das ciências sociais recaiu na formação de professores do ensino médio e fundamental e preparo de livros didáticos. Em suma, aos duzentos anos da Independência do país, malgrado os seus graves problemas sociais e políticos, não se pode negar que o Brasil conseguiu colocar em funcionamento um sistema voltado para a ciência e a formação de pesquisadores.

Ademais dessa contribuição, a produção dos cientistas sociais em livro, que faz circular as ideias e anima o debate público, vem demonstrando, desde meados do século passado, uma vitalidade especial para retomar e criticar hipóteses e métodos que se tornaram inadequados, e precisam ser reelaborados ou mesmo deixados de lado em favor de instrumentos conceituais e teóricos atualizados e novas técnicas de pesquisa. Se fosse possível refazer a pesquisa sobre a produção das ciências sociais em livro, sucintamente apresentada acima, certamente, nos daríamos conta, não apenas do notável aumento do número de mulheres que atuam na área, mas do quanto o conhecimento da sociedade brasileira, pelas disciplinas das ciências sociais, nos oferece uma base consistente para pensar as mudanças complexas que ocorrem hoje no Brasil.

* **Glauca Villas Bôas** é professora titular aposentada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do CNPq. Atualmente concentra suas atividades de docência e pesquisa nas áreas de Teoria Sociológica e Sociologia da Cultura com interesse especial nos movimentos e práticas artísticas modernas e contemporâneas e na história das ciências sociais.

Notas

- [i] Este artigo é uma versão de pequena parte do livro *A Vocação das Ciências Sociais. Um estudo de sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional (1964-1966)* de minha autoria.
- [ii] As fichas e anotações desse conjunto de livros do acervo da Biblioteca Nacional integram o arquivo Glauca Villas Bôas, localizado no CPDOC/FGV.

Referências

1. SORÁ, G. A. *Brasilianas. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
2. SILVA, L.N. *Editoras e Ciências Sociais no Brasil: A Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Tese - Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ, 2019.
3. VILLAS BÔAS, G. *A vocação das ciências sociais. Um estudo de sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional (1964-1966)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.